

## ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

O vulto das despesas que o Governo da União efetua na aquisição de material para o serviço público — cerca de 650 mil contos, segundo o orçamento dêste ano — justifica o cuidado que, ultimamente, vem sendo dispensado aos problemas relacionados com o assunto.

A nova política administrativa, que se vem cada vez mais fortalecendo, no sentido da racionalização dos serviços diretamente executados pelo Estado, não podia deixar de atender ao problema específico do material, como também não podia esquecer o elemento humano, para atacar em cheio a organização dos serviços públicos.

Por um motivo facilmente compreensível, as atividades governamentais referentes a pessoal repercutem muito mais fortemente, na opinião pública, que as medidas tomadas para solução ou encaminhamento do problema do material. É que as primeiras interessam, muito diretamente, a uma considerável massa, representada, aproximadamente, por 160.000 servidores do Estado e respectivas famílias, ao passo que as outras só afetam o interesse pessoal de um grupo muito mais restrito, de fornecedores do Governo. Assim, as providências tomadas quanto ao material para uso nos serviços oficiais vão passando mais ou menos despercebidas à observação popular, enquanto a administração de pessoal desperta muito mais vivamente a atenção do público.

É interessante notar, porém, que a ocorrência da criação de órgãos centrais de administração manifestou-se, na parte referente a material, antes de se centralizar a administração de pessoal. Essa primeira manifestação data de 1931, quando foi instituída a Comissão Central de Compras; e, 4 anos mais tarde, em 1935, o Governo creava uma Comissão Permanente de Padronização. Só no ano seguinte, 1936, nasceu o primeiro órgão central de administração de pessoal — o Conselho Federal do Serviço Público Civil — cuja criação representou, também, a primeira centralização das atividades de organização dos serviços públicos.

O D. A. S. P., que absorveu a Comissão de Padronização e o Conselho, vem desenvolvendo uma atividade multiforme, que se estende pelos 3 sectores mencionados: pessoal, material e organização dos serviços.

Não só pelo motivo acima apontado, mas também pela variedade de aspectos que a administração de pessoal encerra, é essa a atividade que mais sobressai, na obra do D. A. S. P. Não quer isso dizer, porém, que haja uma prevalência sobre as outras, do ponto de vista do desenvolvimento dos trabalhos. A administração de pessoal, mais variada, exige um aparelhamento mais complexo, que absorve 3 Divisões do Departamento, e projeta-se na opinião pública com grande intensidade. A administração de material,

mais discreta por natureza, repercute menos fortemente, a despeito do desenvolvimento que se lhe vem imprimindo.

Duas questões, da mais alta relevância, têm constituído o pivot dos estudos e das providências do D. A. S. P., em relação ao material. Uma, a da padronização e especificações, caminha a passos firmes, com excelentes resultados. Outra, a do sistema geral de abastecimento às repartições, tem dado margem a providências preliminares, recentemente tomadas, como base de uma remodelação completa.

Os trabalhos de padronização do material, iniciados pela antiga Comissão Permanente de Padronização no sector dos papéis de expediente, vêm sendo continuados com afinco. Em dois anos de existência, o D. A. S. P. já fixou os padrões e baixou as especificações respectivas para materiais de diversas espécies: móveis de madeira, compreendendo 4 tipos de mesas para funcionários, 2 tipos de mesas de reunião, 2 tipos de mesas para datilógrafos, 4 tipos de cadeiras, sofá, armários para livros e para roupa, caixas para papéis usados e para papéis de expediente, estante para papéis, leitos de ferro, tinta azul-preta e carmin, papel mata-borrão, goma arábica líquida, caneta, pena de escrever, raspadeira de aço e desinfetante.

A vantagem da padronização do material é dessas cousas que só os espíritos menos esclarecidos não apreendem à primeira vista.

O volume das aquisições feitas pelo Governo é de tal ordem que exerce uma influência decisiva nas atividades industriais. A padronização, permitindo a produção em massa, vai refletir-se no preço de custo, que experimenta uma baixa sensível. Além disso, impede a compra de material inferior, representando, pois, uma dupla fonte de economia para o Governo. É bem significativo, aliás, o fato, que já se vai reproduzindo com frequência, de estarem sendo observados os padrões do D. A. S. P., espontaneamente, por certos organismos independentes do sistema, tais como entidades para-estatais e repartições militares.

O outro grande problema que foi enfrentado é o que se refere ao sistema geral de abastecimento. Verificada a ineficácia do aparelhamento existente, que então se limitava à Comissão Central de Compras, o D. A. S. P. conduziu um estudo, de que resultou uma remodelação completa. Transformado aquele órgão em Departamento Federal de Compras, com estrutura adequada à consecução de sua finalidade, foram instituídos também, nos ministérios, órgãos especialmente destinados à administração de material, nos respectivos sectores. Assim, a exemplo do que anteriormente se fizera no terreno da administração de pessoal, creou-se uma rede de órgãos executivos, todos articulados com o Departamento Federal de Compras. Com esse novo aparelhamento, poder-se-á imprimir uma orientação toda nova, no sentido de maior economia para o Governo, não só por ocasião da compra, mas, também, por meio do controle de aplicação do material.